

— 260 —

O Sr. Adclmar Rocha — Neste sentido, ofereço o meu testemunho pessoal.

O SR. JURACI MAGALHÃES — Muito obrigado pelo depoimento de V. Ex.^a (Lendo) Durante toda nossa campanha encontrei-me em várias oportunidades com o General Eurico Dutra e sempre Sua Excelência me reafirmou o propósito de levar a luta eleitoral em terreno elevado até o fim, submetendo-se ao ditado das urnas.

Quando a vitória nos parecia uma certeza e se murmurava a possibilidade da retirada de sua candidatura, tive o ensejo, em um encontro, em meio da nossa campanha de propaganda em campos adversos, de manifestar-lhe o desejo de todos nós, de que o seu nome honrado não fosse retirado do decisivo jogo político que realizávamos contra a tirania.

O Sr. Vieira de Melo — Quando o General Dutra foi acusado nesta Assembléa, considere o nobre orador advogado de S. Ex.^a, por que ninguém melhor do que V. Ex.^a, para isso.

O SR. JURACI MAGALHÃES — Já o estou sendo, contra as acusações de V. Ex.^a

O Sr. Vieira de Melo — Mas, enfim V. Ex.^a aderiu; e não era esse o seu pensamento antes das eleições.

O SR. JURACI MAGALHÃES — O procedimento de V. Ex.^a é que valia de acordo com as suas conveniências pessoais e políticas.

O Sr. Vieira de Melo — Ninguém o está acusando de desonesto.

O Sr. Ernani Sátiro — A acusação ao General Dutra, o ilustre Deputado já a fez, quando falou em "cambalacho"; pois, só poderia V. Ex.^a ter feito cambalacho com o Chefe do Governo.

O SR. JURACI MAGALHÃES — É uma injúria lançada a um só tempo ao egrégio Presidente da República e ao humilde Deputado que ocupa a atenção da Casa.

O Sr. Vieira de Melo — Para V. Ex.^a, porque para mim, que conheço o sentido das palavras, não há injúria nisso.

O SR. JURACY MAGALHÃES — Realmente, a injúria tem significado

de acordo com a pessoa que a articula. (Muito bem; palmas.)

Podem-se argumentar que o não lançamento de objurgatórias contra o candidato Eurico Dutra tenha levado nosso partido à derrota eleitoral. Mas, sem essa posição política, não se teria pôsto termo à nefanda ditadura, a não ser por uma guerra fratricida de vitória problemática e que sempre procuramos todos evitar. (Muito bem.) Com ela não chegamos talvez ao porto seguro que buscávamos mas conseguimos o espetáculo invulgar da união total das nossas gloriosas forças armadas para o contra golpe sansaor de 29 de outubro. (Apoiados.) A cena histórica daquela noite memorável do Palácio da Guerra, a conduta dos dois eminentes candidatos e dos chefes militares foi bem digna da grandeza do golpe que pôs termo ao regime que tanto enovalhou a nação brasileira. (Muito bem.) Não nos iludamos. O ex-ditador ainda está bullindo, ensaia galgar uma posição no cenário estadual e não lhe escasseiam ambições para tentar novos golpes. Ele e os quinquistas ainda são o inimigo principal da causa democrática em nossa terra. (Muito bem.) Urge evitar que o país recaia nas misérias que tanto aviltaram nossos costumes.

Prosseguir, diligentemente, nessa conduta, criticando os descertos e indicando as soluções, apoiando decidida e corajosamente todos os atos democráticos do governo nos campos político, econômico e social, é uma diretiva que só pode honrar a quem a adota e só pode redundar em benefício real para o nosso Brasil. (Muito bem; muito bem! Palmas. O orador é muito cumprimentado.)

O SR. PRESIDENTE — Comunico à Assembléa que, para substituir o Sr. Renault Leite na Comissão parlamentar incumbida de proceder a investigações no Departamento Federal de Segurança Pública, nomeei o Sr. Senador Dário Cardoso.

Tem a palavra o Sr. Pedro Ludovico.

O SR. PEDRO LUDOVICO (Lê e seguinte discurso): — Sr. Presidente,

Srs. Constituintes. Vou hoje fazer algumas considerações sobre a mudança da Capital da República para outra região do Brasil, em virtude de achar-me com autoridade para fazê-lo, pois, já realizei a mudança da Capital de um Estado.

Em 1930, assumindo o Governo de Goiás, verifiquei, desde logo, que a sua sede estava erradamente localizada na velha cidade de Anhanguera situada às margens do rio Vermelho.

Convencido de que o atraso daquela unidade da federação provinha em grande parte das condições de sua Capital, de sua topografia e de sua situação geográfica, resolvi imediatamente ventilar a possibilidade de sua mudança para uma outra cidade que pudesse, com vantagem, realizar o papel de metrópole goiana.

Muitos já haviam tido e defendido essa idéia, sem, todavia, poder concretizá-la. Couto de Magalhães e outros chegaram mesmo a se entusiasmar por ela, não conseguindo, entretanto, levá-la avante.

Como não havia em meu Estado uma cidade que se prestasse a ser a nova Capital, decidi construir uma para esse fim. Todos julgavam tal gesto uma aventura ou uma louca temeridade.

— Como se fazer obra, de tamanho vulto sem os necessários recursos financeiros?

Goiás rendia naquela época apenas cinco milhões de cruzeiros. Ombreava-se com Piauí e Mato Grosso, colocando-se, de quando em quando, em último lugar em matéria de arrecadação orçamentária.

Depois de lutar contra inúmeros obstáculos, contra a indiferença de muitos, a descrença de quase todos e a hostilidade de grande parte da população da velha Goiás, desprezando as ameaças de toda ordem, iniciei a obra que havia planejado. Não fôssem o meu entusiasmo, a minha fé, a minha convicção de que estava fazendo um grande bem à minha terra, e, por certo, teria fracassado.

Os cofres públicos não dispunham de numerário para se dar início aos

serviços. Para isso contrai um empréstimo de três milhões de cruzeiros.

Apesar desse grande empreendimento me absorver todo o tempo e quase todas as energias, não descurei, entretanto, de incentivar todas as fontes de produção do Estado, inclusive uma propaganda continuada, intensa, de suas possibilidades. Aliás, o projeto da mudança estava adstrito a essas condições, dependia mesmo desse planejamento. Não errei nos meus prognósticos. Tudo se realizou como eu havia previsto. As rendas públicas foram aumentando de ano para ano, correspondendo aos esforços e às necessidades da administração.

Lançada a pedra fundamental da ousada edificação, em uma belíssima, mas solitária chapada, no dia 24 de outubro de 1933, muita gente que presenciava a solenidade apresentava-se cheia de reserva, julgando aquilo um sonho irrealizável.

Naquela zona não havia o material mais indispensável às modernas construções: nem serrarias, nem olarias, nem cerâmica, nem operários especializados. Estes importei pouco a pouco de São Paulo, cujo número chegou a atingir a 1.500 homens.

Foi preciso organizar tudo para levar a tarefa ao fim, e, para não deixar a detalhes, que seria castigar a atenção dos Srs. Constituintes, devo sintetizar afirmando que, em 5 de julho de 1933, inaugurei Goiânia.

Convém ressaltar que a única ajuda que recebi do Governo Federal não chegou a cinco milhões de cruzeiros, sendo de notar que esse auxílio foi dado com a obrigação de se construir quatro edifícios públicos destinados a serviços da União. — Foram os prédios dos Correios e Telégrafos, Juízo Eleitoral, Delegacia Fiscal e Inspeção Agrícola. É justo que se consigne o grande esforço da bancada goiana e, principalmente, do ex-Senador Nero Macedo para a consecução desse auxílio.

O Sr. Daniel de Carvalho — Esse auxílio foi dado pelo Congresso e não pelo Governo. Foi o relator...

— 362 —

O SR. PEDRO LUDOVICO — Sou muito grato a V. Ex.^a por esse auxílio.

O Sr. Daniel de Carvalho — ... do caso na Comissão de Finanças.

O SR. PEDRO LUDOVICO — Agradeço a V. Ex.^a em tempo, esse valioso auxílio. Declarei que foi proporcionado pelo Governo Federal, mediante esforços da bancada goiana no Congresso e de outros parlamentares como V. Ex.^a.

O Sr. Lino Machaça — Perfeitamente, V. Ex.^a até deslipo o nome do Senador Nery de Macedo.

O Sr. Daniel de Carvalho — Continuo a afirmar que o auxílio foi prestado pelo Congresso.

O SR. PEDRO LUDOVICO — (Lendo). Construída Goiânia, com um completo serviço de esgoto pluvial, esgoto sanitário, de abastecimento de águas, de comunicações telefônicas, com muitos edifícios para repartições públicas, como os do palácio do Governo, Secretaria Geral, Palácio da Justiça, Serviço Telefônico, Serviço de Propaganda, Serviços de Educação e Saúde, Serviço de Estatística, Segurança Pública, Penitenciária, Quartel da Polícia, Ginásio de Goiás, Grupos Escolares e mais os prédios dos Cine Goiânia e Grande Hotel, que são todos pertencentes ao Governo, a situação financeira do Estado em vez de se encontrar agravada achava-se grandemente melhorada.

Em princípios de novembro do ano passado, quando deixei o Governo, o Estado de Goiás que já havia ultrapassado, sem aumento de impostos, deca dos seus congêneres da Federação em arrecadação orçamentária, estava sem nenhuma dívida interna ou externa, com todos os pagamentos em dia, a não ser de processos dependentes de últimação, e com quase quatorze milhões de cruzeiros depositados em bancos.

A situação financeira era tão eufórica, que o desembargador Eládio de Amorim, meu substituto, deu um abono de Natal de dois milhões e setecentos mil cruzeiros ao funcionalismo público.

O Sr. Jales Machado — V. Ex.^a acha que a situação econômica e financeira do Estado era boa; no entanto, Goiás não tinha estradas, nem escolas e pagava uma miséria à magistratura.

O SR. PEDRO LUDOVICO — É paião de V. Ex.^a Todo mundo sabe que construí mais de 4 mil quilômetros de estradas.

O Sr. Jales Machado — O saldo que V. Ex.^a deixou estava em processos, conforme publicou na dias, a Secretaria das Finanças do Estado.

O SR. PEDRO LUDOVICO — Se V. Ex.^a provar que digo inverdades, renunciarei meu cargo de Senador. Afirmando que deixei o Estado em ótima situação financeira, V. Ex.^a é um apaixonado. O povo goiano sabe distinguir entre minha pessoa e a de V. Ex.^a.

O Sr. Jales Machado — Sabe perfeitamente, V. Ex.^a foi eluído pela máquina da ditadura e eu pela oposição.

(Tocam-se vários apertes. O Sr. Presidente faz soar os tambores, reclamando atenção).

O SR. PEDRO LUDOVICO — (Continua a leitura) — Como vêm os nobres Representantes não é tão difícil mudar uma capital, principalmente quando se tem a certeza de que esse ato é necessário, é justo, é patriótico.

Terminando esses esclarecimentos, vou entrar principalmente no assunto que me tras a esta tribuna.

O Sr. Galeno Paranhos — V. Ex.^a com a criação de Goiânia, proporcionou a Goiás uma nova mentalidade, impulsionou todas as fontes de riqueza de nosso Estado e deu vida ao coração do Brasil.

O SR. PEDRO LUDOVICO — Muito obrigado a V. Ex.^a.

O Sr. Diogenes Magalhães — O mesmo fenômeno se observará no Território Nacional, quando se der a transferência da Capital da República para o planalto central de Goiás.

O SR. PEDRO LUDOVICO (Lendo) — Durante muitos anos após o des-

- 263 -

cobrimto do Brasil, por força de várias circunstâncias, o seu povoamento se processou exclusivamente no litoral.

Aliás, era pequena a população do Reino Lusitano, que se dividia por todas as terras e mares onde o gênio ousado do navegador português levava seu comércio, sua religião e seus costumes. As índias fascinavam a todos e eram uma realidade palpante para o comércio luso de especiarias. O Brasil, uma grande desilusão ou, quando muito, uma remota promessa, pois, o Eldorado tão cobijado não fora encontrado, e a população aborígine e inculca sem capacidade para manter transações de valor. Por isso, ficou relegado para um segundo plano nas cogitações portuguesas. Somente depois do interesse demonstrado pelos piratas franceses, pelo comércio do pau-brasil, que se começou a pensar seriamente na posse efetiva da terra brasileira.

Vieram os donatários, os governadores gerais, mas toda expansão portuguesa se operava na costa, que, por ser imensa e desguarnecida, devia ter o seu povoamento forçado, embora em núcleos ganglionares, a fim de que outros povos não formassem colônias na mesma.

Além dessa necessidade militar do povoamento da costa para manter vigilância efetiva contra aventureiros, a grande dificuldade de ligação dos núcleos entre si e com a metrópole pelo transporte marítimo, contribuía decisivamente para dificultar a penetração pelo "interior". O principal produto exportável — o açúcar — era facilmente obtido pelo plantio da cana, no litoral, não obrigando os colonizadores à procura de grandes áreas no interior. Outrossim, a conformação do relevo costeiro, com revestimento vegetal espesso e pujante, constituindo uma verdadeira barreira, impedindo o livre acesso para o Planalto, exerceu e ainda exerce decisiva influência nas relações entre este e o litoral. As estradas de ferro em cremalheiras, como a Rio-Petrópolis, em grandes viadutos, como a de Paranaíba-Curitiba, com grandes túneis como a São Paulo-Rio,

e as rodovias acidentadas que ligam o interior com o mar previam sobejamente as dificuldades para se galgar o planalto.

Outro fato que acobertava os elementos colonizadores à costa, era o respeito que tiveram, de início, pelo meridiano demarcador das Torquasilhas, tanto que, quando o Brasil se organizou em capitânias hereditárias, foi aquele meridiano respeitado. Porém, desde que Portugal caiu sob domínio espanhol, após a morte de Dom Sebastião em Alcaer-El Kibir, não havia mais razão de ser no respeito àquele tratado. Então, iniciou-se uma época de grandes incursões pelo interior do imenso "Far west" brasileiro, com o fito de estabelecer contacto com as populações espanholas da cordilheira andina.

Mais tarde, com a independência de Portugal, não pararam as grandes bandeiras para hinterlândia. A cobiça do ouro e a conquista de índios eram um grande atrativo, e nada podia contê-las na ânsia louca de devassar desertos. Assim, os ousados bandeirantes alargaram com suas estupendas arrancadas, o território nacional de cerca de 2/3 do que era inicialmente.

Balizaram os pontos externos de nossas fronteiras e voltaram quase todos à origem de partida. É fato que fundaram muitas fazendas e vilas, que são hoje cidades, sendo que várias, por terem sido levantadas longe demais da civilização, foram aniquiladas pelas distâncias. Os bandeirantes ampliaram nossas fronteiras, mas, até hoje, aproveitamos pouco dessa expansão territorial.

Foi como uma maré que crescesse e levasse as águas muito longe e, logo depois, retornasse ao mar, sem deixar por onde passou senão pequenos vestígios.

A descoberta do ouro deslocou o centro da gravidade econômica do norte para o sul, e a capital do País transferiu-se da Bahia para o Rio de Janeiro, que ficava mais perto da Bacia do Frata, onde portugueses e espanhóis disputavam lindes.

O Rio, desfrutando uma boa posição geográfica e ótimo porto de mar, desincumbiu-se brilhantemente de sua missão histórica. Naqueles tempos em que a nossa formação territorial estava em franco processo de evolução, nenhuma outra capital poderia ser melhor do que foi o Rio. Entretanto, agora, os tempos são outros e as necessidades do país são diversas e o serão no futuro.

Resta-nos, presentemente, completar a obra iniciada pelos bandeirantes, exigindo que o Brasil entre na posse de si mesmo.

Não podemos mais delegar às gerações futuras o indeclinável dever que nos cabe de chamar à civilização esses milhões de quilômetros quadrados que ficam a oeste da linha balizada pelos rios Paraná-São Francisco, e que constitui, mais de 2/3 do nosso território.

É chegado o momento de os nobres senadores e deputados da Constituinte abraçarem o ideal dos constituintes de 1891 e 1934 — a mudança da Capital Federal para a zona já demarcada para fim.

Nada de novo estamos criando ou pleiteando, pois, apenas se quer o prosseguimento de um trabalho já iniciado por outros, que só nos podem merecer respeito e consideração, pela coragem e espírito público que tiveram em incluir nas constituições brasileiras de 1891 e 1934 as seguintes determinações...

O Sr. Coelho Rodrigues — Vossa Ex.^a bem pode imaginar que somente as grandes quantias gastas nos ministérios, no governo passado, dariam o necessário para a transferência da Capital. Hoje, será muito mais difícil.

O SR. PEDRO LUDOVICO — Adiante, no meu discurso, darei a resposta a V. Ex.^a (Lendo)

Art. 3.º Fica pertencendo à União, no Planalto Central da República, uma zona de 14.400 quilômetros quadrados, que será oportunamente demarcada para nela estabelecer-se a futura capital federal.

Parágrafo único. Efetuada a mudança da capital, o atual Distrito Federal passará a constituir um Estado. (Constituição de 1891)

Art. 4.º Será transferida a capital da União para um ponto central do Brasil. O Presidente da República, logo que esta constituição entre em vigor, nomeará uma comissão que, sob instrução do governo, procederá aos estudos de várias localidades adequadas à instalação da capital. Concluídos tais estudos, serão presentes à Câmara dos Deputados que escolherá o local e tomará, sem perda de tempo, as providências necessárias à mudança.

Efetuada esta, o atual Distrito Federal passará a constituir um Estado". (Constituição de 1934)

O Sr. Coelho Rodrigues — Antes da construção da cidade, há necessidade de prover aos meios de comunicação com o resto do país.

O SR. PEDRO LUDOVICO — Responderei, igualmente, a Vossa Excelência mais adiante. (Lendo) — Em meados de 1894 o governo de Floriano Peixoto determinou o estudo da região mais indicada para a futura capital da República.

Seguiu para o Planalto Central do Brasil a comissão geral, chefiada por Dr. Luiz Cruls, ilustre cientista, que demarcou e estudou em detalhes uma área de 14.400 quilômetros quadrados e na qual deveria ser escolhida uma zona destinada à futura capital do Brasil.

Vale a pena transcrever a seguinte parte de seu relatório escrito em 1895.

"Tenho absoluta convicção de que a mudança da capital", a par dos interesses políticos que a ela se prendem, resultará para o Brasil, sua prosperidade e desenvolvimento futuro, as mais benéficas conseqüências, que atualmente ninguém pode avaliar.

O empreendimento, com quanto de difícil realização, não deixa de ser exequível, e pode sê-lo em

- 265 -

tempo relativamente curto, o que depende exclusivamente de uma via férrea.

Ora, duas estradas estão atualmente convergindo para a cidade de Catalão, a Mogiana e a Oeste de Minas, e ali poderão chegar os trilhos dentro de muito pouco tempo. Se, ao mesmo tempo, o governo fizer ativar o mais possível os estudos e a construção da estrada estratégica de Catalão, Goiás, Cuiabá, com ramal para o planalto, o trecho desta estrada a construir entre Catalão e a nova capital terá um desenvolvimento que não excederá de muito 450 quilômetros...

"Por aí vêdes Sr. Ministro, que a ligação, por meio de uma via férrea, entre a atual e a futura capital, é questão de poucos anos, embora o aproveitamento das atuais estradas de ferro, já existentes, tenha o grande inconveniente de alongar, consideravelmente, o desenvolvimento total do traçado; mas, em todo o caso, é a única solução que, por ora, se impõe, até que um dia seja levado avante o projeto de uma Estrada de Ferro, de traçado direto, idéia que já apresentei no "Relatório da Comissão Exploradora do Planalto Central", e, aliás, perfeitamente realizável, ainda que de execução onerosa".

O elemento julgado essencial para a exequibilidade da mudança da Capital era uma estrada de ferro que fôsse até a região escolhida para o futuro Distrito Federal. No momento pode-se dizer que essa ferro-via já existe, pois a Estrada de Ferro Goiás acha-se com os seus trilhos a menos de 100 quilômetros da zona demarcada, distância, aliás, insignificante. Demais, outras importantes vias de acesso para aquela região já existem, como a rodovia que liga Vianópolis, na E. F. G., à Luziânia, Planaltina, Formosa e São João de Alliança, a rodovia que estabelece a comunicação de Anápolis com Planaltina e outras inter-municipais.

No tempo em que o relatório referido foi feito, 1895, o automóvel não tinha nenhum valor como agente eficaz de transporte, razão por que não se cogitou de rodovia.

Apesar de ainda muito deficientes os meios de transportes em Goiás, o que existe é bastante, inicialmente, para atender às necessidades da construção da nova capital.

Isto pôsto, analisemos as vantagens que adviriam para o País com a referida mudança..

A primeira de todas seria a irradiação intensa de progresso, de iniciativas públicas e privadas de toda ordem, para o desenvolvimento de regiões que só o teriam em consequência de um elevado e pernicioso superpovoamento na orla litorânea.

Uma capital colocada em região central, como a do planalto, tem possibilidades de ligar-se mais facilmente à maioria das capitais dos Estados brasileiros, pois o futuro Distrito Federal é mais ou menos equidistante delas, como se pode verificar facilmente pelo mapa do Brasil.

Sob o aspecto social, os benefícios seriam notáveis. Sabemos que o Rio se debate numa grande crise de falta de habitações, de transporte, de água e muitas outras necessidades básicas, sendo que, entre várias causas desses males, avulta, sem dúvida, o fato de ser a cidade já muito grande e populosa, e de recursos limitados para manter sob boas condições tamanha população. A captação de águas é feita à custa de grandes sacrifícios, o abastecimento a consideráveis distâncias. Enfim, o crescimento exagerado da população urbana, além de um certo limite, acarreta mais dificuldades que benefícios e gera problemas complexos, de árdua solução. A um enorme crescimento populacional, devem corresponder facilidades para o seu abastecimento, o que nem sempre acontece, devido às condições topográficas, geográficas e econômicas das regiões que se comunicam com os centros urbanos.

Tanto assim que, na Rússia, dominando, hoje, o pensamento de se construir cidades para populações limitadas que

nao excediam a poucas centenas de milhares.

Naquele extenso país se têm edificado, ultimamente, muitas cidades desse tipo.

Os urbanistas russos, depois de estudarem profundamente o problema, chegaram a esta conclusão, dando os motivos razoáveis e científicos que os levaram a essa attitude.

A tendência moderna é para a construção de cidades que comportem 200.000 a 300.000 habitantes, pelas razões já citadas, acrescidas das necessidades de defesa sanitária e militar.

O governo deve ter a preocupação de que seus funcionários trabalhem num ambiente tanto quanto possível calmo e apropriado, que nem sempre as maiores cidades oferecem.

Sob o ponto de vista da defesa nacional, salta aos olhos de qualquer leigo no assunto que o Rio está sujeito a bombardeio de artilharia naval, sob ação direta de aviões com base em navios, sob possibilidade de desembarque, etc., que trariam, certamente, prejuizos muito maiores no esforço de guerra da nação do que se o mesmo acontecesse com o governo instalado numa cidade a mais de 1.000 quilômetros do litoral.

A unidade nacional seria reforçada por uma melhor articulação entre as unidades federadas.

Poder-se-ia aventar a hipótese de quando houvesse guerra cogitar-se de transferir a capital. Isso acarretaria sérios inconvenientes de ordem moral e material. Também, seria muito mais fácil interceptar os aviões inimigos num longo vôo no interior, do que interceptá-los sobre o mar antes de bombardear uma cidade costeira.

— Outro fator de relevante importância é o clima. Sabem os Senhores Constituintes, por experiência própria, o calor excessivo que sufoca a população do Rio durante vários meses do ano. É um calor tão intenso, tão incômodo, tão deprimente, que desabona a nossa metrópole como cidade habitável — A remodelação das suas ruas centrais, com as suas construções anti-higiénicas, só no perio-

do de alguns séculos poderá ser conseguida.

O Sr. Coelho Rodrigues — Se houvesse possibilidade de comunicações, talvez houvesse vantagem prática na mudança da capital. Entretanto, há um ponto a ser considerado — a influencia tradicional, histórica, nos costumes brasileiros, da cidade do Rio de Janeiro sobre toda a nacionalidade, como Paris sobre a França, Londres sobre a Inglaterra, Berlim sobre a Alemanha, Moscú sobre a Rússia, e assim tantas outras. Temos, no Rio de Janeiro, patrimônio histórico que precisamos zelar.

O SR. PEDRO LUDOVICO — O progresso do Brasil está acima desse patrimônio.

O Sr. Dario Cardoso — A mudança da capital não impediria que se zellasse por esses tesouros.

O SR. PEDRO LUDOVICO — Sabem os nobres Constituintes que as grandes capitais europeias estão distantes do mar.

O Sr. Coelho Rodrigues — Na Europa, as distâncias são muito pequenas.

O Sr. Dario Cardoso — Nesse caso, pela teoria de V. Ex.^a, o Brasil deveria ser abandonado, por que é muito grande.

O SR. PEDRO LUDOVICO (Continuando a leitura) — Entretanto, no futuro Distrito Federal o clima é dos melhores que se possa ter, em virtude da sua grande altitude e outras causas locais.

O seu ar é puro e fresco, sendo que as temperaturas máximas são da ordem de 32° c., durante curto período de tempo, as mínimas da ordem de 6° e as médias de 19°. Cabe reproduzir aqui as palavras do Dr. João José de Campos Curado, encarregado dos estudos de meteorologia da comissão designada para os estudos do futuro Distrito Federal:

— Não posso furtar-me ao desejo de, antes de terminar, fazer uma observação a propósito da

- 387 -

excelência e salubridade do clima: o que me parece não ser invasão por terreno alheio, embora a outrem caiba tratar do assunto.

Há mais de um ano que estamos no acampamento e, apesar da falta de aconchêgos a que estamos acostumados, temos gozado completa saúde e até mesmo aqueles que sofriam de certas afecções quando para cá vieram, viram-nas desaparecer. E tive ocasião de observar que moléstia alguma se nota que denuncie maus efeitos do clima, onde a pureza do ar, de que já falei, permite conservar-se fresca por muitos dias a carne. Afinal, o próprio defluxo, tão forte em climas análogos, é aqui brando e de pouca importância.

Na região do futuro Distrito Federal a qualidade do solo não é das melhores que se têm no Planalto, para a agricultura. Entretanto, existem na própria região demarcada, como nas proximidades imediatas, rios com vales cobertos de terra da melhor qualidade que são muito favoráveis ao cultivo de trigo, que lá se planta em pequena escala, desde o tempo do Império. Esse trigo, já por diversas vezes examinado, foi considerado igual ao melhor similar europeu. O Ministério da Agricultura, há dez anos, mais ou menos, se interessou por seu cultivo naquela zona, colhendo os melhores espécimes na Chapada dos Veadeiros, cuja altitude é de 1.700 m.

Quanto às águas, afirma, pitorescamente, o último sobrevivente da comissão exploradora, "dão para atogar a humanidade". (*General Hestmaphilo de Moura*.) De fato, da região do futuro Distrito Federal emanam águas que vão para as grandes bacias do Amazonas, Prata e São Francisco. É o grande "divortium aquarum" do Brasil.

Os elementos básicos para a formação de grandes indústrias também são encontrados. A electricidade pode ser obtida fartamente das quedas de varios rios. Um pouco ao norte, em Niquelândia encontra-se uma das maiores jazidas de níquel do mundo. Ha,

também, possibilidade de descoberta de carvão de pedra nos terrenos permianos dos Vales do Tocantins e Araguaia.

Desde que a capital se deslocasse para uma zona do retângulo de 14.000 km² de terra demarcada, no Planalto, seria relativamente fácil a sua ligação com as diferentes regiões do País.

Com os Estados do Pará e Amazonas, a ligação far-se-ia por intermédio do Tocantins e Araguaia que, com alguns serviços nos trechos de muita correnteza, se prestariam perfeitamente a uma navegação intensiva. Além da cobotagem, haveria possibilidade de transportarem para os mercados norte-americanos e europeus tanto o minério de níquel, de alto teor, de Niquelândia, como os produtos de clima temperado para a zona de clima equatorial super-úmido do Amazonas.

Para Oeste, bastaria fazer-se ligação com a rodovia de primeira classe São Paulo-Cuiabá, ora em adiantado estágio de construção. Para os Estados do Leste Setentrional, Bahia e Sergipe, e Nordeste, a ligação poderia ser realizada construindo-se uma estrada que teria, no máximo, 450 km. do futuro Distrito Federal a um ponto navegável do São Francisco.

O Sr. Coelho Rodrigues — Com as dificuldades financeiras que enfrenta o Brasil esse plano só poderá ser realizado em futuro muito remoto.

O SR. PEDRO LUDOVICO — O plano não deveria ser empreendido numa só etapa, mas em várias. O orçamento da República consignaria verbas, todos os anos, para a mudança da capital. (Lendo.)

Alcançado, Sr. Presidente o São Francisco, dirigir-se-ia para baixo em busca da Bahia ou dos Estados nordestinos, ou para cima até Pirapora, onde existe a E. F. O. E. Para o sul, as estradas de ferro e de rodagem suportariam os maiores encargos, por se destinarem ao Triângulo Mineiro. São Paulo e Rio, direção em que existem meios de transporte mais eficientes, pois o Estado de Goiás é penetrado ao sul por duas ferrovias — a Oeste de

Minas, que liga Monte Carmelo o Ovidor, e a E. F. Goiás, que vai de Araguari a Anápolis.

Para as intercomunicações mais rápidas o avião resolve, plenamente, o problema, porquanto o futuro Distrito dista quatro horas de voo do Rio, três de São Paulo, sete da Bahia, dez de Manaus, oito de Recife, oito de Porto Alegre. Acha-se sob a rota mais curta dos E.E. U. U para o Rio de Janeiro, como recentemente se viu na viagem inaugural do *Constellation*.

Já sendo o Rio de Janeiro uma grande urbe, com vida própria e grande porto de exportação e importação, não sofrerá tanto prejuízo com o afastamento do Governo Federal, — e aqui respondo ao nobre Deputado — principalmente tendo-se em vista que continuará sendo cidade universitária, podendo ter os mesmos efetivos militares que agora a guarnecem, inúmeros funcionários federais e estaduais, dada a sua importância, e quase o mesmo funcionalismo municipal.

O Brasil todo sentiria os influxos benéficos ocasionados pela mudança, e essa melhoria atingiria a todos Estados, sem exceção, embora indiretamente.

— Afinal, o Rio perderia pouco e o Brasil ganharia muito.

Se alguém me objetasse que o governo recentemente gastou milhões em prédios públicos aqui...

O Sr. Jales Machado — Também V. Ex.^a já acusa a ditadura?

O SR. PEDRO LUDOVICO — ... eu responderia que, com a valorização dos imóveis, tais prédios seriam vendidos para apartamentos, escritórios e hotéis, com boa margem de lucros, e, com esse dinheiro, poder-se-iam construir outros tantos edifícios na nova metrópole.

Estamos diante do dilema de Euclides da Cunha: "progredir ou perecer."

Qual não seria, hoje, o progresso do nosso País se a Capital Federal tivesse se deslocado do Rio para o Planalto Central em 1895?

Sejamos bons brasileiros e escolhamos o caminho do interesse nacional

— a execução do que dispõe o art. 3^o da Constituição da República do Brasil de 1891. (*Muito bem; muito bem. Palmas. O orador é cumprimentado.*)

O SR. PRESIDENTE — Tem a palavra o Senhor José Bonifácio.

O SR. JOSÉ BONIFÁCIO (*Movimento geral de atenção* — Sr. Presidente, as oposições coligadas de Minas Gerais devem a esta Assembléia e ao Brasil uma satisfação ante a inexplicável atitude, ontem aqui assumida, pelo Sr. Deputado Benedito Valadares, quando quis excluir a intervenção dos demais representantes do povo, no esclarecimento das suas próprias contas ou das contas de sua administração. De todos os homens que mourejam nesta Casa, S. Ex.^a é o menos autorizado para falar, em autonomia estadual, e invocar o regionalismo no bom sentido.

Foi com seus aplausos calorosos, com o prestígio veemente de seu Governo, dos cofres de Minas e de sua força pública que se tornou possível ao ditador, em certo dia de nossa vida republicana, na praia do Russel, em solenidade que mais parecia festim pagão, diante de uma pira gigantesca e adredemente construída, incinerar-se, uma a uma, as bandeiras dos Estados e os seus símbolos. (*Muito bem.*)

Naquela oportunidade, dizia-se que tal ato faria desaparecer, de modo definitivo, um regionalismo, que era inexistente na verdade. O que se consumia naquelas labaredas eram as tradições do Brasil, era o passado glorioso, com Tiradentes à frente; eram, enfim, as nossas glórias mais puras e mais queridas. (*Muito bem.*) E tudo porque o ditador, na realidade, desejava, com aquela sua atitude, demonstrar que as tradições do Brasil se deviam fundir diante de sua vontade, então onipotente.

Sr. Presidente, Minas Gerais — V. Ex.^a bem o sabe — é o Estado mais brasileiro do Brasil. O seu norte está, todo ele, trabalhado pela gente boa da Bahia; o seu sul é prolongamento de São Paulo, de quem recebe, não apenas riqueza material, senão, também, a própria espiritualidade paulista.